

PEÇA PROFISSIONAL

A empresa DATACAJAZEIRAS, importadora, exportadora e distribuidora de produtos de informática, com sede no Setor de Industria e Abastecimento, Trecho 1000, lotes 300/305, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 000.111.222.333.444, grande empresa do ramo da informática, com matriz nesta Capital e filiais espalhadas pelas mais importantes cidades do País, como a progressista Cajazeiras, importou do Japão, sob o regime de “drawback”, diversos componentes de informática (matéria-prima), para montar computadores destinados à exportação, pagando o correspondente imposto de importação-II, pela entrada dos componentes no território nacional, que somou a quantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), demonstrados em perícia contábil.

Todavia, devido à dificuldade de interpretação da legislação que rege a importação sob o mencionado regime de “drawback”, deixou de promover a compensação do imposto pago pela entrada no território nacional quando da exportação do produto acabado (computador), como permitido pela confusa legislação.

Requeru administrativamente a compensação da referida quantia paga indevidamente com o II incidente sobre a importação junto à Secretária da Receita Federal, não obtendo resposta, mesmo decorridos mais de seis meses. Quando seus prepostos se dirigiam àquele órgão do Fisco, a única informação que obtinham era de que o pleito havia sido indeferido por não haver concordância com a perícia contábil, mesmo com as provas inequívocas apresentadas, e, sequer, lhes fora permitido o direito de defesa, num evidente abuso por parte do Fisco, com manifesto propósito protelatório, apesar da verossimilhança da alegação.

Essa demora na solução do caso traz fundado receio de dano irreparável de difícil reparação, como a falta de capital de giro para investir em tecnologia, estando, inclusive com dificuldade para pagar seus empregados.

Assim, o Presidente da empresa procurou você para entrar com ação na Justiça, a fim de que possa haver uma reversibilidade da situação que venha a favorecê-la.

Apresente a peça mais adequada ao feito.

1ª QUESTÃO PRÁTICA

Numa época de crise financeira, o remédio mais encontrado pelos governantes é quase sempre, o mesmo: aumento de tributos, para cobrir os rombos de caixa e fazer face às despesas públicas.

Assim, suponha que o Governo do Distrito Federal tenha enviado à Câmara Legislativa mensagem propondo aumento das alíquotas dos seguintes impostos: ITBI, de 2% para 3%, ITCD ou ITCM, de 4% para 6%. Na mesma Mensagem havia pedido de alteração da base de cálculo do IPTU, fazendo com que os valores dos acessórios instalados nos veículos passassem a integrar a base de cálculo do IPVA e o valor dos móveis e decoração passassem a integrar o valor da base de cálculo do IPTU.

A Mensagem foi convertida em lei, publicada no Diário Oficial do DF do dia 20 de dezembro de 2004. Diga a partir de quando, respectivamente, esses impostos poderão ser exigidos pelo Distrito Federal. Fundamente sua resposta com os artigos da Constituição Federal e/ou da Legislação pertinente.

2ª QUESTÃO PRÁTICA

Lei Ordinária, da União, isenta do pagamento do ICMS os serviços de telefonia realizados pelas Fundações e Autarquias Federais em funcionamento nos Estados e no DF.

Você é o Consultor Jurídico de uma das Unidades da Federação e foi indagado, por escrito, pelo governador se isso era possível. À luz da Constituição Federal e/ou do CTN, qual foi, sucintamente, sua resposta?

Fundamente-a.

3ª QUESTÃO PRÁTICA

Certo candidato a prefeito de Cajazeiras, situada no alto sertão paraibano, onde chove muito pouco e, por isto, aliado às constantes queimadas realizadas por agricultores sem esclarecimento e por pessoas de má fé, o verde é muito raro, disse que uma de suas bandeiras de ação, se eleito era a preservação da natureza.

Consultou, então você, de férias naquela cidade, se era possível instituir o “Imposto sobre Queimadas”, como forma de punir os infratores das leis ambientais e de preservar a natureza, tão devastada em todo o Município. O que você respondeu à luz da Legislação e da Constituição Federa? Fundamente sua resposta com a base legal pertinente.

PEÇA PROFISSIONAL

No último dia 12 de setembro o caderno *Empregos* do Jornal Folha de São Paulo publicou matéria intitulada “Pessoa Jurídica”, com o sub título “Aceitar proposta de

empresa e virar prestador de serviço requer análise prévia”. No corpo da matéria, a certa altura, a jornalista afirma “Na prática, o que ocorre é a simples substituição do tipo de contrato de trabalho - troca-se a papelada baseada na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por uma prestação de serviço por pessoa jurídica. Com isso o candidato perde os benefícios previstos por lei, mas suas atribuições e seus horários na firma não são alterados. Nesses casos, são funcionários disfarçados de empresas. A prática constitui fraude. Se, ao ser desligado, o colaborador processar o ex-patrão, ele tem grandes chances de ganhar”, diz Hernandez” (FSP, caderno empregos, domingo 12 de setembro de 2004).

Leonardo da Vince leu a matéria e se identificou. Fora empregado da empresa *Florença S/A* e convidado a permanecer como Pessoa Jurídica. Agora, novamente dispensado, está convencido a procurar orientação jurídica e ingressar com reclamação trabalhista. Recebeu indicação de procurá-lo como advogado, agendando horário em seu escritório. O relatório abaixo foi preparado para orientar a entrevista:

Nome: Leonardo da Vince

brasileiro, casado, analista de sistemas, CTPS nº 000-00, CPF 000.000.000-00

endereço: SQS 00, Bloco 00, apto 00, Brasília-DF

Empresa: Florença S/A - CNPJ 000.000.000/0000-00 localizada na SBS, Quadra 00, Edifício Bruneleschi, Brasília-DF.

1º contrato:

Admitido: 01.03.2001

Demitido: 30.11.2001

Remuneração: R\$1.500,00

Função: analista de sistemas

Horário de trabalho: de 8:00h as 12:00h e 14:00h as 18:30 de segunda a sexta feira. Não havia expediente ao sábado. Não fora celebrado contrato de trabalho escrito, mas houve anotação da CTPS.

O cliente informa que recebeu normalmente os salários do período. Que não recebeu horas extras pois a empresa considerava que a ausência de trabalho aos sábados justificava o acréscimo de horas de segunda a sexta feira. Indagado, respondeu que não assinou qualquer contrato de trabalho ou cláusula.

Em 30 de novembro de 2001 houve a proposta para a rescisão de seu contrato de trabalho, ocasião em que aceitou permanecer sem registro e fornecer notas na condição de pessoa jurídica.

Recebeu as verbas rescisórias do primeiro contrato.

2º contrato

A partir de 01 de Dezembro de 2001, passou a receber como pessoa jurídica o valor mensal de R\$2.000,00. Permaneceu exercendo a função de analista de sistemas. A empresa FLORENÇA, após participar e ganhar licitação, celebrou contrato de prestação de serviços, com a empresa DATASHOW, sociedade de economia mista vinculada à administração pública federal.

Leonardo desempenhava a função de analista de sistemas, trabalhando diretamente nas dependências da empresa DATASHOW, com o mesmo horário e jornada do primeiro contrato. Na prática, relata que permanecia diariamente até as 19:00h.

Aos 31.08.2004 fora dispensado, sendo que a empresa FLORENÇA S/A justificou a dispensa ante a ausência de renovação do contrato com a empresa DATASHOW. Alegando dificuldades financeiras não pagou a última remuneração, que corresponderia a R\$2.000,00 (dois mil reais) e nenhuma outra verba. Pelo que sabe, a empresa deverá ser totalmente desativada em breve, temendo nada mais receber. Não recebeu e não gozou férias. Não recebeu 13º salário.

Relata, ainda, que no período entre fevereiro de 2002 a novembro do mesmo ano, fora transferido provisoriamente para a cidade de Goiânia, realizando as mesmas tarefas também nas dependências da empresa DATASHOW, tendo em vista a necessidade de expansão da área. A partir de 01 de Dezembro de 2002 retornara para Brasília. Não recebeu qualquer acréscimo salarial. As despesas de mudança foram pagas pela empresa FLORENÇA.

Verificou-se que não há acordo coletivo de trabalho no âmbito da empresa. A Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada pelos sindicatos respectivos, não dispõe sobre jornada de trabalho, assegurando, no entanto, adicional de horas extras em percentual de 100% sobre o valor da hora normal.

QUESTÃO: Diante dos fatos relatados, o candidato deverá elaborar petição inicial, observando a boa técnica processual trabalhista.

1ª QUESTÃO PRÁTICA

À luz da jurisprudência dominante, havendo subordinação direta com o tomador de serviços, seria possível, na hipótese descrita no caso apresentado para a elaboração da peça processual, o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício com a empresa DATASHOW? Justifique.

2ª QUESTÃO PRÁTICA

O empregado que preenche todos os requisitos para a aquisição de estabilidade

decorrente de acidente ou doença profissional, durante a vigência de acordo coletivo de trabalho, goza de estabilidade mesmo após o término da vigência deste? Justifique.

3ª QUESTÃO PRÁTICA

Qual o recurso cabível da decisão que indefere a tutela antecipada em reclamação trabalhista? Justifique.

3ª QUESTÃO PRÁTICA

“Demétrio fora condenado a uma pena de 2 (dois) anos e 10 (dez) dias de reclusão, por furtos praticados a 2 (dois) anos e 2 (dois) meses antes do recebimento da denúncia pelo juiz criminal, quando contava com 18 (dezoito) anos de idade, sendo que, deste montante da pena, 4 (quatro) meses adveio de continuidade delitiva (Art. 71 do Código Penal). Transitada em julgado a sentença condenatória, requereu ele, via de seu advogado, na Vara de Execuções Criminais, a extinção da punibilidade por incidência da prescrição retroativa da pena concretizada.” Diante desse contexto, há procedência no requerimento apresentado pelo advogado? Fundamente sua resposta.

1ª QUESTÃO PRÁTICA

O novo código civil trouxe várias inovações no que diz respeito ao Direito Comercial e seus princípios. Uma das principais alterações se refere à substituição de conceitos adotados anteriormente pela teoria “dos atos de comércio” que passam a ser regulados agora pela teoria ‘da empresa’ criada por Vivante na Itália. Nesse sentido, com fulcro no novo Código Civil, defina e diferencie ‘empresa’ de ‘empresário’ e de ‘estabelecimento’.

2ª QUESTÃO PRÁTICA

Exercendo um importantíssimo papel na atual economia de mercado as Sociedades Empresárias necessitam, por vezes, lançar mão de meios que lhes permitam conjugar esforços para atingir de forma eficiente e competitiva seus objetivos comuns; assim, distinga a ‘INCORPORAÇÃO’ da ‘FUSÃO’ das Sociedades Empresárias.

3ª QUESTÃO PRÁTICA

Durante o curso da falência, determinados atos praticados pelo devedor antes da falência podem ser declarados nulos através de ação específica, que poderá ter por fundamento a ineficácia ou a fraude. Identifique a ação e diferencie estas duas possibilidades, comentando sobre a legitimidade ad causam do Ministério Público para propor esta ação.

PEÇA PROCESSUAL

LEIA COM ATENÇÃO A EXPOSIÇÃO QUE A SEGUIR SE FAZ E ELABORE A PEÇA PROCESSUAL QUE ENTENDER ADEQUADA. VOCÊ, CANDIDATO, FOI CONSTITUÍDO ADVOGADO DE DEFESA DO ACUSADO MORFEU DA SILVA.

Trata-se de ação penal movida pelo ilustre Promotor de Justiça, representante do Ministério Público do Distrito Federal, com atribuições na 1ª Vara Criminal de Brasília/DF, em face de **MORFEU DA SILVA**, brasileiro, solteiro, estudante, nascido a 27/07/84 (Cart. de Id. nº 1.268.312 - SSP/DF), residente na QNN 4, conj. H, casa 100, em Taguatinga/DF **ORFEU DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido a 14/5/75, residente na QNM 30, conj. S, casa 20, em Taguatinga/DF pela prática dos fatos a seguir descritos:

*“No início da noite do dia 24 de março de 2004, nas proximidades da Estação Rodoferroviária de Brasília, **MORFEU DA SILVA**, **ORFEU DE SOUZA** e **S.R.F.**, na época com dezessete anos de idade, evadido do CAJE, onde se encontrava a cumprir medida sócio-educativa de internação, dirigiram-se ao ponto de ônibus em que se encontrava o vigilante **APOLO** à espera de condução para o trabalho. Vendo que ele se encontrava armado, resolveram os três, de comum acordo, subtrair-lhe a arma para usá-la na prática de roubos naquela noite. Para tanto, **ORFEU** determinou a **APOLO**, com uma arma de brinquedo apontada na sua direção, que não reagisse. Ato contínuo, **MORFEU** segurou-o por trás a fim de que o menor **S.R.F.** retirasse o revólver calibre 38 que ele levava na cinta.*

*Subtraída a arma, correram todos e embarcaram em um ônibus da Vita Transportes, que nessa hora passava pelo local, trafegando na direção sul. **APOLO** imediatamente solicitou auxílio aos policiais militares que se encontravam em uma viatura estacionada na Estação Rodoferroviária, aos quais relatou os fatos, indicou a direção tomada pelos meliantes e se prontificou a acompanhá-los.*

***ORFEU**, **MORFEU** e o menor **S.R.F.** combinaram subtrair o dinheiro proveniente das passagens de ônibus. Conforme previamente combinaram, o primeiro, com a arma de brinquedo, ameaçou o motorista, enquanto o segundo apontou o revólver subtraído do vigilante para o cobrador e determinou ao menor que*

apanhasse todo o dinheiro encontrado na caixa.

*Entre os poucos passageiros do ônibus estava **TAVARES**, o qual, ao sacar a arma que conduzia, identificou-se como agente de polícia, pediu calma a todos e, com energia, exigiu dos delinqüentes a imediata entrega das armas. Como eles ficaram indecisos, o agente de polícia fez menção de caminhar na direção de **MORFEU**, tendo este atirado na sua direção, atingindo-o no ombro direito e na coxa esquerda (laudo de fls.20/25). Por determinação de **MORFEU** o motorista parou o ônibus, aproveitando-se ele para levar consigo, ao descer, a arma que o policial deixara cair, depois de tombar gravemente ferido sobre um dos bancos.*

*Assim que desembarcaram do ônibus, foram interceptados e presos pelos policiais militares, que momentos antes perceberam o que acontecia no seu interior, oportunidade em que foram identificados pelo vigilante **APOLO** como autores da subtração de sua arma, em poder dos quais a encontraram, assim como o dinheiro retirado do ônibus e a arma do policial.*

***TAVARES**, levado imediatamente ao Hospital de Base, não resistiu aos ferimentos e faleceu naquela mesma noite.*

Lavrou-se auto de prisão em flagrante, em que os acusados confessaram a autoria dos fatos.”

Autos de apreensão do dinheiro subtraído e das armas utilizadas pelos réus às fls. 12 e 13; laudos de eficiência das armas e de exame cadavérico procedido em TAVARES às fls. 15 e 20/25.

MORFEU DA SILVA e **ORFEU DE SOUZA** foram dados como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 69, ambos do Código Penal (roubo das armas de Apolo e de Tavares) e art. 157, § 3º, do mesmo código (roubo do dinheiro pertencente à Vita Transportes com resultado morte), bem como nas sanções do art. 1º da Lei nº 2.252/54 e art. 10, § 1º, inciso II da Lei nº 9.437/97.

Os réus, que se encontravam presos, foram requisitados e submetidos a interrogatório, oportunidade em que confessaram a autoria dos fatos narrados na denúncia. Alegou **MORFEU**, sem a presença de curador, que não pretendia matar o policial e que só atirou para se defender de agressão iminente. Levou sua arma para evitar que algum passageiro dela se utilizasse contra eles, sem o propósito de dela se assenhorear. Afirmou **ORFEU** que queria apenas roubar o dinheiro que estava no ônibus; jamais aderiu à conduta de **MORFEU**; não quis nem assumiu o risco de causar a morte do policial, como não chegou a vê-lo apanhar sua arma. Confessaram ambos a subtração da arma do vigilante (fls. 40 e 41)

Alegações preliminares, com rol de testemunhas, apresentadas por defensores constituídos às fls. 43 e fls. 44.

Na instrução criminal foram ouvidos o motorista do ônibus, o cobrador, o menor, três passageiros e a vítima APOLO, arroladas pelo Ministério Público. Todos reconheceram os réus e confirmaram os fatos que lhes foram atribuídos, esclarecendo o menor, com detalhes, sua participação (fls. 50/56)

À audiência de inquirição das testemunhas da defesa não compareceu, o advogado do réu **MORFEU**, (você = o candidato), embora intimado por publicação no Diário da Justiça, designando-se, assim, Defensor Público para o ato.

As testemunhas da defesa, como não tinham conhecimento dos fatos, limitaram-se a tecer elogios à vida pregressa dos réus (fls. 61/66)

Na fase do art. 499 do Código de Processo Penal o Ministério Público requereu a juntada aos autos de certidões relativas aos inquéritos constantes das folhas de antecedentes (fls. 30/34). Às fls. 30/31 encontram-se registrados cinco inquéritos em que **MORFEU** figura como indiciado pela prática de furto simples, três roubos qualificados e um estupro, com o oferecimento de denúncia com base em três deles (ainda não foi definitivamente condenado). Quanto a **ORFEU**, além de indiciado em dois roubos qualificados, foi condenado a sete anos de reclusão pela prática de atentado violento ao pudor, por sentença transitada em julgado a 20/9/96 (fls. 70)

A defesa não requereu diligências.

Nos termos do art. 500 do Código de Processo Penal de fls. 72/76 o Promotor de Justiça requereu a condenação dos réus pela prática dos delitos descritos na denúncia.

Você, candidato e **advogado de Morfeu da Silva**, foi devidamente intimado, no dia 17/09/2004, sexta-feira, a se manifestar. Peticione.

1ª QUESTÃO PRÁTICA

“Durante a realização dos 4 (quatro) dias do carnaval fora de época de Brasília, chegou ao conhecimento das autoridades policiais do plano piloto de Brasília/DF, que Horus, vulgo “GAVIÃO”, estava praticando tráfico ilícito de entorpecentes, vendendo seu produto, nas proximidades do autódromo, nesta capital. Afim de possibilitar sua captura, a polícia montou uma operação, em que um policial militar, à paisana, passando-se por usuário de drogas, induziu Horus a lhe vender a substância entorpecente. No exato momento da operação, quando a droga estava sendo comercializada, foi ele preso e autuado em flagrante delito.” Em face dessa situação

apresentada, o flagrante revestiu-se de legalidade? Justifique sua resposta.

2ª QUESTÃO PRÁTICA

“O Tribunal do Júri de Brasília/DF reconheceu contra o réu a qualificadora do uso de recurso que tornou impossível a defesa do ofendido - Art. 121, Parágrafo 2º, inciso IV, do Código Penal. Em consequência, foi-lhe imposta a pena com a majoração advinda da qualificadora. Por entendê-la inaplicável aos fatos conhecidos e provados, uma das turmas dos criminais do TJDF deu provimento à apelação interposta pelo advogado do réu com tal objetivo.” Neste caso, qual o efeito determinado no acórdão? Retificação da decisão do Tribunal do Júri, da pena imposta, da sentença ou anulação do julgamento daquele tribunal? Justifique fundamentadamente a sua resposta escolhida.

3ª QUESTÃO PRÁTICA

“Demétrio fora condenado a uma pena de 2 (dois) anos e 10 (dez) dias de reclusão, por furtos praticados a 2 (dois) anos e 2 (dois) meses antes do recebimento da denúncia pelo juiz criminal, quando contava com 18 (dezoito) anos de idade, sendo que, deste montante da pena, 4 (quatro) meses adveio de continuidade delitiva (Art. 71 do Código Penal). Transitada em julgado a sentença condenatória, requereu ele, via de seu advogado, na Vara de Execuções Criminais, a extinção da punibilidade por incidência da prescrição retroativa da pena concretizada.” Diante desse contexto, há procedência no requerimento apresentado pelo advogado? Fundamente sua resposta.

PEÇA PROFISSIONAL

1 - PRESSUPOSTO FÁTICOS;

- 1 - Rose Paula sofreu danos em seu veículo em razão de colisão com Alberta Feliz causando avarias no bem, o que levou o mesmo para conserto em uma concessionária.
- 2 - Rose Paula é detentora de um veículo com Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos expedido pelo Detran-DF, lugar no qual a vítima e a autora do dano são domiciliadas.
- 3 - Alberta Feliz foi imprudente ao manobrar seu veículo na W3, na altura da 508 Sul, no dia 05.09.04 às 17 horas, resultando no acidente em desfavor de Rose Paula.
- 4 - Sucede que Alberta Feliz tem seguro total expedido pela Seguradora Super

Garantia com apólice cobrindo:

- a - acessórios;
 - b - raio, explosão, incêndio e derivados;
 - c - queda em pontes e precipícios e desabamento de materiais sobre o veículo;
 - d - capotamento, colisão, albaroamento;
 - e - furto e roubo.
- 5 - A vítima fez o registro na Delegacia Especializada, garantindo o seu direito de receber dos envolvidos o prejuízo sofrido, ficando com o Boletim de Ocorrência.
- 6 - Rose Paula tem todos os dados da autora e da segurada, pois foi previdente no dia da colisão, quando colheu os itens necessários para demonstrar seu direito no mundo jurídico.
- 7 - Ocorre que a seguradora, seguindo a negativa de Alberta Feliz, não quer pagar qualquer prejuízo sofrido pela vítima.
- 8 - Os envolvidos são brasileiros, nascidos em Brasília, comerciários, domiciliados na Asa Sul, sendo a seguradora pessoa jurídica estabelecida na Asa Norte.
- 9 - Os 3 (três) orçamentos que a vítima obteve em uma concessionária acusam o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) como montante do prejuízo sofrido na colisão.
- 10 - A vítima quer o ressarcimento exclusivo da importância acima, sem qualquer adicional.

2 - FORMULAÇÃO DA QUESTÃO

Na condição de advogado da vítima Rose Paula e de acordo com os pressupostos fáticos, elabore a peça processual cabível para atender a cliente.

1ª QUESTÃO PRÁTICA

1 - PRESSUPOSTOS FÁTICOS:

O Código Civil deslocou o instituto da simulação da condição de defeitos do negócio jurídico para invalidade do negócio jurídico.

2 - FORMULAÇÃO DA QUESTÃO:

Por todo exposto conceba e discorra sobre os casos práticos, fundamentadamente, que contenham os tipos de simulação.

2ª QUESTÃO PRÁTICA

1 - PRESSUPOSTOS FÁTICOS:

O Código Civil fornece o estudo sobre prescrição e decadência de forma mais precisa daquele que o antecedeu, mormente nas causas impeditivas, suspensivas e interruptivas.

2 - FORMULAÇÃO DA QUESTÃO:

Analisando o segundo tipo de causa, dentro do diploma legal acima mencionado, identifique uma suspensiva que poderia constar como impeditiva. Formule uma situação fática fundamentando o caso jurídico.

3ª QUESTÃO PRÁTICA

1 - PRESSUPOSTOS FÁTICOS:

PAULLUS AUGUSTUS supõe estar adquirindo um pedaço de terra com plena convicção de que o mesmo, haja vista lhe assegurar o vendedor ANGELLUS MIGUELLITUS, se encontra em notável localização. Contudo o bem está em lugar de deplorável acesso e inatingível aproximação.

2 - FORMULAÇÃO DA QUESTÃO:

Com fundamento no texto proposto identifique e justifique: a) se houve ou não defeito do negócio jurídico à luz do comprador; b) Caso positivo pede-se o tipo de vício com base na boa doutrina e a justificativa conforme a narrativa do item 1.

PEÇA PROFISSIONAL

Considere os seguintes fatos: (a) o servidor público A faleceu no dia 2 de julho de 2003; (b) B, filha única do servidor público A, apresenta, no dia 4 de julho de 2003, requerimento solicitando, por certidão, informações, de conhecimento da Administração Pública, acerca do patrimônio de A; (c) no requerimento apresentado por B indicava-se como finalidade da obtenção das informações a abertura de inventário e (d) o servidor público C, no dia 14 de julho de 2003, manifesta formalmente a recusa em fornecer as informações solicitadas alegando a impossibilidade da Administração Pública fornecer, a terceiros, dados pessoais dos servidores. Inconformada, B solicitou a V.S^a, na qualidade de seu advogado, um parecer tratando da licitude, ou não, da recusa das informações

requeridas.

1ª QUESTÃO PRÁTICA

A autoridade pública federal A, com o objetivo único e ilícito de beneficiar seu amigo B, adota ato administrativo em favor deste último, embora não fosse competente para a prática do ato. A autoridade pública federal C, competente para a prática do ato administrativo adotado por A, ao tomar conhecimento da ação de A decide convalidar o ato administrativo anteriormente praticado. Analise, à luz do regime jurídico-administrativo brasileiro, a iniciativa de C.

2ª QUESTÃO PRÁTICA

O edital de um concurso para provimento de 500 (quinhentos) cargos públicos vagos, de certa carreira do serviço público do Distrito Federal, estabeleceu que as inscrições dos candidatos deveriam ser efetivas tão-somente entre as 21 (vinte e uma) e 23 (vinte e três) horas do dia 6 de julho de 2004 (terça-feira). Discuta a validade jurídica desta disposição do edital do certame.

3ª QUESTÃO PRÁTICA

Discuta a validade jurídica de um ato administrativo consonante com a lei e incompatível com a moralidade administrativa.